



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº ESPECIAL VIII

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Milton Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO
SENHOR SECRETÁRIO DE
ESTADO DA FAZENDA
REALIZADA EM
30 DE SETEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelas senhoras deputadas Elza Correia e Luciana Rafagnin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ratinho Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO ESPECIAL,

e atendendo o que determinam os artigos 98 e 99 do Regimento Interno, informo que a presente Sessão será transformada em Comissão Geral para Audiência Pública do Sr. Heron Arzua, digníssimo secretário de Estado da Fazenda, que irá prestar contas sobre a situação do Estado, conforme determina a Lei Federal Complementar nº 101, de 2000, referente ao presente quadrimestre.

Para melhor ordenamento da presente Sessão esta presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais:

I - o senhor secretário poderá usar da palavra pelo prazo de 30 (trinta minutos), prorrogáveis por mais 15 (quinze), podendo ser aparteado durante a prorrogação;

II - o senhor secretário somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de seu comparecimento;

III - encerrada a exposição do senhor secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos senhores deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de 05 (cinco) minutos;

IV - para responder a cada interpelação, o senhor secretário terá o mesmo tempo que o interpelante;

V - serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 03 (três) minutos, improrrogáveis;

VI - é lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por 05 (cinco) minutos, sem apartes;

VII - em qualquer hipótese, a presença do senhor secretário no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Esta presidência quer fazer um agradecimento todo especial aos secretários aqui presentes, até pelo prestígio a esta Casa. É a primeira vez que nós temos, durante uma audiência pública, o chefe da Casa Civil, Caíto Quintana; o secretário das Finanças, Heron Arzua; a secretária do Planejamento, Leonora Fruet; o procurador-geral do Estado, Dr. Sérgio Botto; e o diretor-geral da Secretaria das Finanças, Sr. Nestor Bueno.

Nós queremos, em nome da Casa, agradecer a essa convivência pacífica que existe entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Com a palavra o secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua.

O SR. HERON ARZUA

Senhor presidente, meus companheiros de Secretaria, meus senhores, minhas senhoras, deputados:

É com muita satisfação que volto à Assembléia para, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, prestar contas das atividades financeiras do Estado, no último quadrimestre.

Confesso aos senhores que gostaria de vir aqui não sob a égide da falaciosa Lei de Responsabilidade Fiscal, que ao meu ver, está levando à falência a maioria dos estados brasileiros e, certamente, a maioria dos municípios. Não sou daqueles adeptos dessa Lei Federal que pôs uma camisa-de-força nas finanças estaduais e trata com desconfiança toda a matéria financeira restrita aos estados. Isso é fruto, como os senhores sabem, de uma lei editada no Governo anterior e que pretende dar um gerenciamento às finanças estaduais e municipais.

Mas, lembro aos senhores, que a Lei de Responsabilidade Fiscal só tem cabida para os estados e municípios; a União Federal ficou livre dos seus rigores; a União pode emitir títulos externos, emitir dinheiro, emitir letras internas, sem nenhuma observância de qualquer legislação a não ser aquelas determinadas pelos burocratas do Banco Central. Enquanto isso, os estados e os municípios sofrem as agruras de uma lei que eu, particularmente, considero madrastra para o povo, porque, indiscutivelmente, essa lei vem impedindo que os estados e municípios prestem melhores serviços ao povo; porque ela trouxe todo um passado para dentro de si e um pas-

sado que hoje nos sufoca e nos deixa sempre procurando observar aqueles limites, que foram impostos por essa lei federal.

É interessante notar que o Partido dos Trabalhadores arguiu a inconstitucionalidade dessa lei no Supremo Tribunal Federal, quando ela foi editada. E o supremo declarou que ela era inconstitucional, com a ressalva dos artigos que se aplicavam ao Poder Judiciário. Ela ficou, teoricamente, valendo para os estados e municípios, menos para o Poder Legislativo.

Mas, gostaria sempre de vir à Assembléia, prestar contas dos nossos atos e quero dizer aos senhores em função da sua economia, foi um dos três estados do Brasil, que não teve uma queda acentuada de arrecadação. O Paraná conseguiu sobreviver nesses seis meses difíceis, com um aumento de cerca de 26% da arrecadação, comparada com o exercício anterior e de, praticamente, 7% se os valores corrigidos pelo IPCA. Isso mostra que a economia do Paraná, apesar dos problemas mais industrializados, conseguiu sobreviver a essa época de apertura. Tivemos quedas violentas na arrecadação em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, que hoje têm extrema dificuldade de honrar o pagamento dos salários.

O Paraná, em função de uma safra, de uma safrinha e de uma safrona abundante, em função da pujança da nossa economia agrícola e também da presença da Petrobrás, em Araucária e o desenvolvimento que essa agricultura irrigou para a nossa economia e conseguimos manter a arrecadação dentro dos limites, que nós entendíamos como bons.

O Dr. Nestor vai fazer uma exposição dos quadros a que somos obrigados por essa Lei de Responsabilidade Fiscal. Peço que depois de feito isso, possamos debater o assunto com maior tranquilidade.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Queria saber se a Secretaria da Fazenda preparou aqueles dados, para acompanharmos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. deve ter recebido no seu gabinete. Foram encaminhados a todos os parlamentares.

O SR. JOCELITO CANTO

Não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos providenciar.

Concedo a palavra ao Dr. Nestor Bueno.

O SR. NESTOR BUENO

Senhor Presidente, senhores deputados, senhores secretários de Estado presentes, senhoras e senhores.

Como disse o Dr. Heron, é com muita satisfação que comparecemos novamente nesta Casa, como o fizemos no mês de maio, para trazer ao conhecimento dos senhores deputados e do público em geral, aspectos do

comportamento da receita, das despesas, do resultado primário e da dívida consolidada do Estado no segundo quadrimestre do ano de 2003. Tais aspectos vão revelar, com clareza, o desempenho da boa gestão fiscal exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Além das considerações já feitas pelo Dr. Heron, é importante dizer que sem desconsiderar as disposições contidas na Lei nº 4320, de março de 64, a Lei nº 101, mais do que pretender unir administradores públicos, pois há leis específicas que já tratam do assunto, objetiva, segundo a própria lei, corrigir o rumo da administração pública, bem como limitar os gastos às receitas mediante a adoção de técnicas de planejamento, organização, controle interno e externo e finalmente transparência das ações do Governo em relação à população, responsabilizando os administradores no exercício de suas funções e sujeitando-se, se for o caso, a penalidades definidas em leis próprias, agora mais reforçadas pela Lei nº 101.

Destaca a Lei de Responsabilidade três aspectos principais.

Primeiro: no que diz respeito ao resultado primário e define o conceito de resultado primário dizendo que é o resultado obtido pela diferença entre as receitas de caráter permanente derivadas da ação precípua do Estado ou seja, impostos, taxas e transferências federais, representadas pela receita orçamentária, excluídas as operações de crédito, rendimentos, aplicações governamentais, além do pagamento do serviço da dívida principal de encargos expressando, conseqüentemente, a capacidade de se pagar o serviço da dívida consolidada do Estado, do pessoal, de seus encargos pessoais.

Para não se perder mais tempo, vamos começar a passar o primeiro quadro que é exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse quadro nós temos a receita tributária total projetada e realizada de maio do ano passado a agosto de 2003. Esse maio a agosto é uma exigência da Lei de Responsabilidade e o realizado também no mesmo período: O ICM e o IPVA com 100% e as outras receitas tributárias representadas pelas taxas e pelo imposto causa mortis e doações. Observa-se aí que no realizado contra o projetado nós tivemos um incremento na receita do ICM e do IPVA e todavia um decréscimo na receita de outras fontes.

No quadro seguinte que é o quadro nº 2 nós temos o total das receitas. Receitas correntes, receitas de capital menos a dedução do Fundef.

Isso é importante que se destaque no quadro, porque é esse total das receitas que vai dar aqueles limites, que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe à administração pública. Estão também destacadas as despesas totais, as despesas correntes e as despesas de capital, revelando que no período de janeiro a agosto do corrente ano, houve um superávit entre receita e despesa.

No 3º quadro: temos como exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida. Essa

receita é um conceito estabelecido também na Lei de Responsabilidade Fiscal, que procura estabelecer um parâmetro de comportamento para os limites da despesa de pessoas e dívida. A receita corrente líquida estadual consiste no somatório das receitas tributárias de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuária e de serviços, outras receitas correntes, transferências correntes, excluídas, no entanto, as contribuições sociais dos servidores, os valores repassados ao Fundef, as transferências constitucionais para os municípios. E também quaisquer duplicidade de registro contábil.

O quadro seguinte é uma das inovações trazidas, como já mostramos em outra oportunidade em que aqui estivemos, o resultado primário. Já explicamos ao que se refere. E ele tem muita importância para mostrarmos que o Estado tem capacidade de cumprir com o seu serviço da dívida pública e também das despesas com pessoal e seus encargos.

O seguinte: precatórios. Esses precatórios que estão contabilizados no Estado são só aqueles decorrentes da Emenda nº 30. A emenda nº 30 definiu que deveriam ingressar no orçamento pelos seus valores originários. E os demais credores são os restos a pagar. Essa posição nesse quadro revela o compromisso do Estado no mês de agosto de 2003. Temos aí que o total dos precatórios na fonte 00 do tesouro é 997, nas demais fontes 1 milhão 821 mil e em todas 2 bilhões, 819 milhões. E os demais restos a pagar num total de 104 milhões de reais.

O seguinte: nesse quadro estão definidos os pagamentos dos restos a pagar acontecidos no período de janeiro a agosto do corrente exercício. Está claro aí o valor que o Estado pagou de restos a pagar, ou seja, 199 milhões, 957 mil reais.

Seguinte: precatórios. Esse quadro está um pouco modificado em relação ao quadro apresentado na primeira audiência, no mês de maio.

Nós, por disposição dos tribunais, tivemos que incluir, além da correção monetária dos precatórios, mais os juros. E no dia 30 de agosto o total de precatórios a serem recolhidos pelo Estado, inclusive aqueles parcelados pela Emenda nº 30, em 10 prestações anuais alcançam a soma de aproximadamente 8 bilhões e 500 milhões de reais.

Despesa líquida com pessoal: o conceito de despesa líquida com pessoal - estabelecida na Lei nº 101, é composta pela despesa com pessoal ativo, inativo, pensionistas e demais convênios. Menos despesas decorrentes de decisão judicial - que são as ações trabalhistas; inativos com recursos vinculados; indenizações por demissão e incentivo e demissões voluntárias e despesas de exercícios anteriores. Observamos aí que a receita resultante de impostos, considerada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela receita dos mesmos e seus acessórios, ou sejam multas e juros de mora; dívida ativa de impostos; pelas receitas de transferências constitucionais - o FTE, o IPI, a Lei Kandir e o IOF - ouro, menos transferência constitucionais aos municípios. Observa-

se aí, que o Estado está rigorosamente dentro da limitação constitucional. O limite seria 25% da receita resultante de impostos e até o dia 30 de agosto o Estado gastou com o ensino, 23,44%.

Despesas com saúde: nesse quadro estamos mostrando só as despesas realizadas pelo tesouro na função saúde. Não estão incluídas as despesas com saneamento básico, autorizadas como despesas de saúde pela Constituição Federal no seu artigo 200. Já gastamos no primeiro semestre, quase 5% dos 10 exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No quadro seguinte, temos as receitas com saúde até o segundo quadrimestre. As receitas líquidas de imposto e transferência constitucionais, alcançaram 4 bilhões e 400 mil. O limite constitucional seria 10% senão me engano na Lei Orçamentária 10,75, mas o mínimo admitido pela Secretaria do Tesouro, seriam 10%. Nós já alcançamos 5,53%. Faltando computar neste total e friso, novamente, que aqui estão mencionadas as receitas com saúde. Com saúde, única e exclusivamente, da fonte saúde zero/zero do Tesouro, faltando conseqüentemente as despesas com saneamento básico.

Despesas de pessoal do Poder Executivo. Temos aí a relação receitas correntes líquidas, cuja limitação seria 49% para despesa com pessoal. Chegamos no dia 30 de agosto com 43,17% com despesas líquidas de pessoal. O que revela que fecharemos, sem dúvida alguma, o exercício dentro da limitação de despesa com pessoal.

Despesas do Poder Legislativo: também com pessoal, completamente dentro das limitações.

Despesas do Poder Judiciário: também a despesa líquida com pessoal, dentro do limite estabelecido.

Despesas com Pessoal pelo Ministério Público: observa-se que o Ministério Público, em decorrência dos pedidos à Fazenda serem sempre liberadas também pela Secretaria do Planejamento pelo total pedido para pessoal, revela que o Ministério Público está exorbitando em 0,1% nas suas despesas com pessoal. Mas, já justificou que se do percentual for eliminado o valor correspondente ao Imposto de Renda que o Tribunal de Contas já admite que seja retirado das despesas com pessoal, até agora o Ministério Público só gastou 1,34%, estando também dentro do limite de gastos.

Despesa Total de Pessoal realizada pelo Estado no período: o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal seria de 60%, o limite crudencial 95% e a despesa líquida de pessoal 51,46% abaixo, portanto quase 10% do limite estabelecido pela LRF.

Capacidade de Endividamento - Limites de Operações de Crédito: como não se realizou no período nenhuma operação de crédito, temos um limite bastante cômodo para se realizar de endividamento em operações de crédito por antecipação de receita.

Serviço da Dívida Pública - Capacidade de Pagamento: veja, temos uma capacidade de endividamento, temos uma capacidade de empréstimos, capacidade para poder realizar operações de crédito por antecipação de

receita. Todavia, esse quadro nos mostra que nada disso podemos realizar, porque não temos capacidade de pagamento. Já a exorbitamos em 1.66% do limite fixado pela LRF.

Garantias Concedidas: estamos também muito além do fixado pela lei, porquanto não concedemos garantia alguma no período.

Garantias por Aval: da mesma forma, não concedemos nenhuma garantia por aval no período. E temos um total de 1,238 já realizados anteriormente.

Capacidade de Endividamento: antecipação da receita já mostramos que é 0%.

Capacidade de Endividamento: está aí a diferença, o nosso limite seria 200 e nós estamos na faixa de 143%. Conseqüentemente com capacidade ainda para realizar alguns endividamentos ou alguns empréstimos. Só não podemos fazê-lo porque não temos capacidade de pagamento.

Dívida Pública: o comparativo com o exercício anterior. É muito importante esse quadro, porque comparamos a dívida de agosto de 2002 com agosto de 2003. Essa diferença aconteceu em função da variação do preço da moeda e de alguns empréstimos anteriormente contratados e que neste exercício estão dando entrada no Tesouro.

É isso aí, senhores deputados, o que devíamos apresentar para mostrar aos senhores e conseqüentemente à população que a gestão fiscal apresentada nesse período revela o compromisso do Governo do Estado com a disciplina fiscal e a seriedade na aplicação dos recursos públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dentro do cronograma estabelecido anteriormente, o primeiro deputado inscrito, Reni Pereira.

Pela ordem, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Gostaria de requerer a V. Exa. que determinasse ao serviço de taquigrafia que nos remetesse cópia do depoimento prestado pelo ilustre representante do Governo, para que possamos ter um acompanhamento após esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, vamos providenciar que seja encaminhado aos senhores parlamentares a cópia do pronunciamento do secretário.

O SR. RENI PEREIRA

Dr. Heron, na verdade eu gostaria de fazer duas perguntas com relação à explanação do Dr. Nestor, no que se refere ao 2º quadrimestre, e uma referente ao ajuste fiscal que o Estado do Paraná firmou com a União, em 1998.

Dr. Nestor, o senhor na sua explanação falava que o Estado do Paraná, dentro do limite da área da saúde,

mesmo a Lei Orçamentária fixando 10,75, atualmente está no patamar de 5,53, na rubrica 00.

Eu perguntaria, referente a esse 2º quadrimestre ou até a presente data, quanto que foi dispendido de recursos referentes ao saneamento básico, que também se inclui na rubrica saúde, para que possamos ter uma totalização, mesmo que ainda falem alguns meses. Mas, para acompanhar a quanto anda o orçamento da saúde no Estado.

A segunda pergunta se refere à questão da verba do Ministério Público. Temos acompanhado pela imprensa que o próprio Ministério Público divulga notas dizendo que está abaixo do percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor explanou que talvez seria por esse entendimento do Tribunal referente ao Imposto de Renda. Então, a minha pergunta é a seguinte: se esse entendimento do Tribunal pode se aplicar também na questão do Imposto de Renda, se essa diminuição pode ser aplicada aos demais servidores do Estado ou se esse entendimento é única e exclusivamente para o Ministério Público? Porque se aplicar ao Ministério Público, também deveremos aplicar às demais classes de funcionários públicos, o que importaria num potencial do Governo e, até mesmo corrigir algumas defasagens salariais.

A última pergunta é referente a esse acordo firmado com a União, no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado em 1998. Foram estabelecidas algumas metas de cumprimento e penalidades no caso de inadimplência. Como está esse acordo? Como está o andamento desse programa e se o Governo cumprirá essas metas compactuadas?

O SR. NESTOR BUENO

Vamos começar pela primeira pergunta: o saneamento. O valor dispendido durante o exercício só contabilizamos quando do fechamento do balanço, porque esse saneamento básico é realizado pela Sanepar e ela tem um cronograma de realização de obras e quando chega ao final do exercício nos passa esse valor para que possamos prestar contas ao Tribunal.

Acreditamos que, em função do que a Sanepar está realizando e ainda vai realizar de saneamento básico, sem dúvida alguma, atingiremos o percentual definido pela legislação.

Com referência ao Imposto de Renda, talvez não tivesse sido muito claro. A retirada do Imposto de Renda do total da folha de pagamento de pessoal, aquele Imposto de Renda que é descontado do servidor público, ele melhora o índice, diminui a despesa com pessoal. Naturalmente que em função da consulta feita pelo Ministério Público ao Tribunal de Contas o resultado dessa consulta aproveita não só para o Executivo, como também para o Legislativo. Isso não traz benefício nenhum ao servidor público, traz benefício de um modo indireto, porque diminui o gasto com pessoal executado pela administração pública.

A terceira pergunta: o que é esse convênio? Eu não tenho conhecimento, talvez o Cezar tenha.

O SR. CEZAR

Do ajuste fiscal nós já passamos pela avaliação da STN. O Estado cumpriu todas as metas do ajuste, com exceção de investimento, que extrapolamos, investimos mais do que deveríamos pelo ajuste fiscal, mas é uma meta que não tem penalização e nós só não detivemos da STN o ofício comunicando essa informação, é o que estamos indo até Brasília buscar e agora, no final do mês, começamos a fazer a repactuação do ajuste fiscal para 2003, 2004 e 2005.

O SR. RENI PEREIRA

Só gostaria, até a título de esclarecimento, a minha posição no que se refere ao saneamento, Dr. Nestor, vem de encontro até para que o Estado tenha, como o senhor falou, acredita-se que com o orçamento da Sanepar, de repente, até extrapole o limite legal de 10,75% de investimento na área de saúde. Gostaria de perguntar se existe algo documental ou de planejamento para que se eleve simultaneamente o orçamento da rubrica 00, especificamente na saúde, com o do saneamento básico; se existe um acompanhamento por parte da Secretaria da Fazenda desses dois orçamentos ou dos valores desses investimentos ou se só posteriormente, no final do exercício, que é constatado isso, porque se eventualmente ocorrer de faltar alguma coisa, acredito que se isso for constatado, no final do exercício fica difícil.

Em relação ao Imposto de Renda, o senhor respondeu a pergunta plenamente e acredito que se esse for o entendimento, logicamente, vai flexibilizar e permitir ao Estado que dentro da prioridade conceda até um pouco mais aos servidores públicos, porque o Estado, pelo que o senhor passou, inclusive está abaixo no que diz respeito ao Executivo do limite máximo permitido a título de gasto com pessoal. Se eventualmente se excluir o Imposto de Renda, acredito que melhore ainda mais o poder do Estado se desejar incorporar novos valores ao funcionalismo público.

Quanto ao programa de reestruturação fiscal, me dou por satisfeito com a resposta do vosso auxiliar.

O SR. NESTOR BUENO

Com respeito ao saneamento básico, como a responsabilidade pelo programa é da Sanepar, nós não fazemos o acompanhamento mensal, mesmo porque não é uma exigência nem do Ministério da Fazenda, nem do Tesouro Nacional e também não está dentro da exigência do Tribunal de Contas. A exigência é tão somente no final do exercício, quando do encerramento do balanço anual.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Próximo orador inscrito, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados; minha saudação especial ao secretário de Estado da Fazenda, o Dr. Heron Arzua; quero saudar o Dr. Nestor e saudando o Dr. Nestor saúdo a equipe da Secretaria da Fazenda.

Dr. Nestor, da análise dos documentos, dos relatórios enviados pela Secretaria para esta Casa, nós constatamos um número que realmente nos deixa contentes, felizes, que é o crescimento da arrecadação de ICMS. Se fizermos um comparativo da receita de ICMS dos oito primeiros meses de 2003 com os oito primeiros meses de 2002, vamos constatar um crescimento de 24,4% de aumento de arrecadação de ICMS. E acredito que isso tenha contribuído para que tenhamos tido esse superávit que os mesmos relatórios apresentam e que também deva ser fruto da política de atração de investimentos e com isso empresas que tiveram dilação no prazo de pagamento de ICMS, passaram a recolher, e com isso aumentou o movimento econômico e nós tivemos uma maior arrecadação de ICMS.

Tenho algumas perguntas para fazer ao senhor e a primeira delas é a seguinte: o comprometimento da receita com pessoal está em 43,17%, abaixo do limite que é de 46,55%, e isso dá uma folga de 286 milhões de reais. Mas, esses recursos não poderiam ser utilizados para atender uma reivindicação dos funcionários públicos? Ou seja, na reposição anual do salário dos funcionários públicos, tendo em vista que essa reposição, conforme o artigo 37, X da Constituição, ela não é computada para o cálculo do percentual de comprometimento como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal; ou seja, é feito o cálculo, mas depois é abatido.

Então, a minha pergunta é que se existe sobra, não poderia ter sido feita essa reposição aos funcionários públicos?

Não sei se o senhor gostaria de responder as perguntas uma a uma?

O SR. NESTOR BUENO

Acho que uma a uma.

Por primeiro, deputado, eu não gosto muito de comparar a receita do período deste exercício com receita de ICMS do exercício passado; acho que as receitas, que a contabilidade pública, juridicamente, inicia em janeiro e termina no dia 31 de dezembro. Talvez fosse importante comparar a receita do ICMS prevista para o período, com o realizado no período. E eu poderia revelar que nesse período a receita projetada do ICMS estava em quatro bilhões e quarenta e sete milhões e foram arrecadados no período, quatro bilhões, trezentos e quarenta milhões de reais. Sem dúvida alguma, comparando só o período atual, com o mesmo período do exercício passado, estaria revelando o incremento na arrecadação do ICMS, sem dúvida alguma.

Quanto ao valor que ainda, felizmente, não atingimos o limite fixado para a despesa com pessoal, gostaria de aguardar antes de dizer se poderemos ou não conceder aumento, talvez até possamos, mas aguardar as

definições para o último quadrimestre da Secretaria do Planejamento. Eu acho que a Secretaria do Planejamento ainda tem necessidade de realizar algum investimento no último quadrimestre, e se concedido assim um aumento expressivo de pessoal, talvez prejudicasse um pouco o investimento. Não sei se a Secretaria do Planejamento está discutindo com o governador do Estado aumento de pessoal ou se já tem uma definição para investimentos.

O SR. HERON ARZUA

Só queria fazer um adendo: nós temos alguns autos passivos de matéria de dívida para com o funcionalismo em geral do Estado, principalmente nas empresas indiretas da Secretaria da Agricultura que tem acordos coletivos dos anos anteriores que não foram pagos, só do último ano nós temos dezenove milhões a pagar; temos também algumas dívidas para com o pessoal do Fisco em função do excesso de cotas do ano passado, também atinge cerca de sete milhões de reais. Então, todos esses números nós estamos aguardando para efetuar, no momento próprio, o pagamento, sendo que a discussão decorrente de convênios trabalhistas, ou melhor dizendo, de acordo trabalhistas feitos no passado, esse percentual de dezenove milhões poderá subir em função de decisões do Judiciário.

Então, tenho recomendado ao governador que tenha muita cautela na questão do reajuste do funcionalismo. Nós demos um aumento, não digo que foi expressivo mas foi o que pudemos dar, em forma de abono para os professores, só que são cerca de noventa mil pessoas, e vamos começar a pagar em outubro o abono para os aposentados. Então, temos uns restos pesados que certamente no último trimestre terão que entrar na nossa conta fazendo com que esses índices subam um pouco, tanto é que o Tribunal de Contas nos mandou um ofício advertindo dessa circunstância, do perigo de nós ultraparmos o limite prudencial. É só um esclarecimento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

A segunda pergunta é a respeito de algo que preocupa a todos nós brasileiros. Nós estamos assistindo a aprovação, em primeiro turno, da Reforma da Previdência, no Congresso Nacional, e nós temos a preocupação aqui no Estado. Nós temos no Paraná, foi constituída a ParanaPrevidência e o saldo da ParanaPrevidência, pelos relatórios do fundo, aponta o número de dois bilhões, setecentos e oitenta milhões de reais. Se fizermos um cálculo aproximado que esse recurso esteja rendendo a taxa de 1% ao mês, nós teríamos uma receita de aplicação financeira de vinte e sete milhões e oitocentos mil reais, ao mês. Em contrapartida, nós sabemos que a despesa com inativos e pensionistas chega a noventa e seis milhões de reais todo mês. Então, nós, muito fácil, nós constatamos um déficit mensal de sessenta e oito milhões e duzentos mil reais. A nossa preocupação é essa: esse déficit vai persistir?

Como que o governo atual vê essa situação? Essa situação é uma situação que aflige a todos nós, porque a continuar com esse déficit, é claro que o Tesouro do Estado tem que honrar, como já está honrando esse déficit.

Uma das saídas seria a capitalização da ParanaPrevidência. Eu gostaria de saber se existe por parte do governo, a disposição ou a vontade política de capitalizar a ParanaPrevidência ou criar uma outra maneira de dar a garantia de que o Estado não continuará tendo que bancar e o funcionário público correndo o risco de chegar no momento de se aposentar e não ter recursos para prover a sua aposentadoria.

O SR. NESTOR BUENO

O deputado tem toda a razão. Acredito que ainda por mais um período, talvez, meio longo, o Estado tenha que continuar repassando a ParanaPrevidência, para o Fundo Financeiro esse valor, que neste mês ficará em torno de 96, 97 milhões. Estamos fechando hoje, devemos fazer o repasse hoje à ParanaPrevidência. Sem dúvida a atual administração está trabalhando nesse sentido, para poder, em um futuro não muito remoto, capitalizar a ParanaPrevidência e, sem dúvida alguma, ficarmos sem este compromisso de, mensalmente, o Tesouro do Estado ter que despendar 1/3, praticamente, de suas despesas com pessoal, para a ParanaPrevidência poder pagar os pensionistas e inativos do Estado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Dr. Nestor, nós também pudemos observar no relatório que a Secretaria nos enviou, que no item despesa com o ensino, o Estado gastou 23,44%, sendo que o determinado pela Constituição é 25% - isso dá uma diferença de 62 milhões. O Sr. Heron nos coloca dessas questões, que têm que ser resolvidas, no caso dos professores. Tem outro dado: que nos recursos do Fundef, na sua composição dos 100%, 60% deve ser aplicado exclusivamente em salários, podendo chegar a 100. Mas o mínimo exigido é 60, sendo que os outros 40 devem ser aplicados em custeio. Os números nos revelam que o Estado aplicou no ensino fundamental 49,18%.

A pergunta: por que o Estado não utiliza esses recursos do Fundef, para melhorar os salários dos professores do ensino fundamental? Embora o Dr. Heron tenha colocado que foi feito um abono aos professores. Mesmo assim temos ainda esta diferença nos novos valores aplicados.

O SR. NESTOR BUENO

No percentual mostrado no quadro não está incluído ainda o 13º salário. Acho que com o 13º salário e mais as despesas do quadrimestre, sem dúvida que vamos ultrapassar a exigência dos 25%, que devem ser despendidos com o ensino. Estamos mensalmente utilizando os 60% do Fundef, para o pagamento da folha do ensino fundamental - não computamos neste percentual. No per-

centual computamos o que foi gasto com pessoal - ela é integralmente da fonte 0/0 e o Fundef está completamente de fora. É uma exigência da lei que se gaste 25% da Receita do Estado. Nós, mensalmente, utilizamos para o pagamento da folha do magistério, os 60% do Fundef.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

A minha última pergunta. Nós acompanhamos a política de incentivos que o Governo do Estado vem oferecendo aos empresários como uma maneira de alavancar ainda mais a economia do nosso Estado. E uma delas foi a equalização de alíquotas para as transações ocorridas dentro do Estado. Essa equiparação das alíquotas internas com as interestaduais, ou seja, 12%, na verdade quando nós vendemos um produto para fora do Estado nós taxamos com 12%, da mesma forma quando compramos de fora compramos com 12%. Nós tivemos oportunidade de acompanhar uma entrevista do ilustre secretário, Dr. Heron, em que ele fala a respeito dessa atitude que o Governo tomou e com isso teria havido um incremento na receita do Estado e um aumento de oferta de empregos.

A minha pergunta é a seguinte, Dr. Heron: o setor atacadista do Paraná passou a ter uma alíquota interna igual a alíquota externa, de 12%. Só que ele não diminuiu o preço da sua mercadoria, continuou vendendo pelo mesmo preço e passou para o setor varejista. O setor varejista, por conseguinte, colocou os 18% porque o consumidor, na ponta, paga os 18%. Com isso quem perde? Perde o Estado e perde o consumidor. Quem ganha? O setor atacadista somente! Porque o Estado acaba deixando de arrecadar, porque na mesma entrevista do ilustre secretário ele nos coloca que são 120.999 empresas do setor varejista que estão isentas do pagamento de ICMS. Por outro lado os consumidores não têm uma mercadoria por um custo menor porque esse desconto não foi repassado para o produto.

Então, na minha visão, o único setor que acabou ganhando foi o setor atacadista. A minha pergunta é neste sentido, para ver se a minha visão é verdadeira ou não.

O SR. HERON ARZUA

Em primeiro lugar a premissa de V. Exa. me parece que não é correta. Nem todo mercado atacadista manteve o preço anterior. Nós temos recebido os relatórios que a grande maioria fez uma diminuição de 6,8. As grandes redes de supermercados nos afiançaram isso que a indústria, que também foi beneficiada com a redução e o mercado atacadista, efetivamente, diminuíram.

Agora, nunca foi objetivo da Secretaria da Fazenda intervir nos negócios privados, nós, em nenhum momento pensamos que isso seja transferido para o consumidor ou fique com o comércio atacadista ou varejista. A nossa visão foi que o nosso comércio atacadista e a nossa indústria, em função das distorções trazidas pelas alíquotas estavam definhando esse comércio. E, efetivamente, tomamos essa atitude, eu disse nessa entrevista que considero essa

atitude a medida mais importante tomada, mais principalmente ainda que a política de proteção à microempresa, porque nós trouxemos uma maior tranquilidade e já houve um aumento naquilo que nós queríamos, nas compras dentro do Paraná. Os grandes supermercados passaram a adquirir as suas mercadorias dos nossos atacadistas e da nossa indústria. Quando eu disse que foram 120.000 empresas isentas do imposto na verdade na primeira faixa, de 0 a 15.000 reais, porque nas faixas seguintes, até 125 há uma progressividade. Mas isso é certo, houve sim, efetivamente, no Estado do Paraná, uma redução de imposto de 18 para 12 nessa faixa.

Surpreendentemente nós esperávamos que houvesse algum estremecimento na arrecadação. E isso não ocorreu não só em função do aumento das contas internas, como principalmente por uma série de outros fatores que nos deram tranquilidade. Um deles, além do aumento, foi as importações feitas pela Petrobrás que certamente foram decisivas para manter os níveis de arrecadação. O segundo, e não há porque não dizer, há uma maior eficiência da Fazenda Pública. Nós tornamos a cobrança dos tributos extremamente rigorosa, sem qualquer interferência externa. E estamos obtendo o fruto dessa política. Agora, São Paulo acaba de nos acompanhar nessa medida, baixando para 12% o pessoal do tecido. Isso faz parte da famosa guerra fiscal e, evidente, é uma atitude legítima. Mas penso que nunca foi nosso objetivo intervir nos negócios. Se uma indústria, um mercado, nós baixamos de 18 para 12, ela não quis baixar, quis ficar com essa parte isso é um problema negocial, é um problema de quem vai comprar. Até porque quem fez a redução economizou o pagamento do PIS e do Confis federal, que é uma incidência repetida.

Então, quem diminuiu nessa etapa teve mais um ganho. Agora, os dados que nós temos, inclusive, de relatórios da Federação das Indústrias provam que houve sim um aumento das compras dentro do Paraná. Isso para nós era o que queríamos, queríamos salvar o nosso comércio atacadista que estava definhando as nossas indústrias. Um dado interessante: eu assumi a Secretaria da Fazenda e atendia uma média de 20 empresários por dia. Inclusive muitos acompanhados pelos senhores deputados. Depois que tomamos essa medida eu esvaziei a Secretaria da Fazenda de audiência. E essa atitude praticamente resolveu a questão crucial no Paraná. Só temo que isso seja desfeito nessa Reforma Tributária que está em andamento no Congresso Nacional e que certamente vai equiparar, só que vai equiparar por cima.

Então, penso que a premissa que V. Exa. partiu que ninguém deu o desconto, não é verdadeira. Agora, ao Estado não compete intervir. Tive uma reunião com os pequenos supermercados e dei uma sugestão, mostrei a eles a forma para fazerem com que os seus vendedores abajassem, inclusive, voltar a comprar fora do Estado se fosse o caso. Então, essa afirmativa tem que ser levada com certa cautela.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Bem, doutor, faço essas colocações baseado em números, relatórios, em dados. E esta Casa é o local apropriado para esclarecermos as dúvidas existentes. Tenho outra questão, que é a última colocação que faço. É a questão que o senhor acabou de falar da reforma tributária. É uma luta antiga de todos nós. E nós estamos, pelo que lemos, da reforma tributária, com o ICM na origem e no destino nas exceções. Está já determinado que a energia elétrica e petróleo vão continuar a ser tributados no destino. E com isso acarretando ainda aquele prejuízo grande que o Paraná leva todos os anos em função do ICMS da energia elétrica. Nós não vamos conseguir até o ano, não tenho a data prevista, acho que é 2006, que vai se começar a tributar tudo na origem. Mas, até lá, nós não teremos nenhuma chance de competir com São Paulo, de conseguir alguma coisa de ICMS, que o senhor sabe muito melhor que nós porque tem os valores, que é um valor expressivo que o Paraná perde com essa isenção que é constitucional. Mas gostaria de saber do senhor a quantas anda tendo em vista que a reforma tributária está sendo votada.

O SR. HERON ARZUA

Pessoalmente, não tenho esperança que isso venha a ser revertido. Embora exista um trabalho muito grande da Bancada do Paraná no Congresso Nacional, do governador do Estado que esteve com o ministro da Fazenda. O Governo Federal disse que não entrava nesse assunto, era uma matéria de redistribuição, de arrecadação entre os Estados. Propus essa questão no Confaz, perdemos de 23 a 4. E tenho a impressão que se for a voto no Congresso Nacional o Paraná vai ficar, sim, sem o ICM da energia. Porque são três Estados no Brasil que têm essa posição, contra 23 Estados, que são consumidores de energia elétrica e de combustíveis. Acho difícil essa reversão.

Esses 4% ainda que levemos 11 anos, foi um trabalho hercúleo do Spirafico, do Paulo Bernardo, do Osmar Serraglio, do Gustavo Fruet e de toda a Bancada, unida e trabalhando. Mas, tenho poucas esperanças de que isso não vá ser modificado radicalmente no Senado.

O Paraná teve uma posição que considero nobre. Dissemos o seguinte: aceitamos tudo no destino, tudo na origem, tudo na metade, metade para lá e metade para cá, desde que seja para todas as mercadorias e serviços. Essa é a posição oficial do Paraná que nós temos colocado. Mas, infelizmente, como aconteceu na Constituição de 1988, somos poucos. É o Paraná, o Rio de Janeiro e a Bahia, o resto é contra. Então, na hora do voto vamos, sim, mais uma vez peder essa questão.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, queria saudar, inicialmente, a secretária do Planejamento, Eleonora Fruet, o secretário Heron Arzua.

As minhas considerações são bastante simples e rápidas. Decorrem de uma observação na execução orçamentária das despesas por função e subfunção. A gente observa, do ponto de vista dos gastos, que esses gastos vêm sendo feitos de forma desonerada e é natural que isso aconteça, porque um governo escolhe suas prioridades, mas, a realização das despesas na medida em que nós temos 8 meses, é natural que tenha em torno de 60 e 65% das despesas realizadas. Mas, algumas funções estão bastante abaixo. Como: assistente social: 22,65%; trabalho: 18,37%; urbanismo: 20,94%; habitação: 21,83%; agricultura: 25%; transporte e aí, presumo que tenha a questão viária entre urbanismo e transporte: 20,65%; desporto e lazer: 27,39%. Enquanto outras despesas com o pessoal mantêm-se nos 65% ou em torno de 2/3.

A minha questão é a seguinte: temos aí, sem dúvida nenhuma, toda uma dificuldade - seja no setor de obras, seja no setor de a própria assistência, da inclusão social, seja do próprio desenvolvimento para os programas de geração de renda, lazer, desporto, enfim, atividades afins do Estado. Minha questão é: qual o saldo de caixa do governo? Se ele é idêntico ao superávit, podendo não sê-lo, porque temos tido gastos com despesas anteriores. E minha segunda questão se refere à questão da evolução dos gastos em saúde, que promete ser, também, no debate sobre o orçamento uma grande polêmica, já que há uma vontade de setores da Assembléia e da sociedade de ver os gastos com saúde estarem adaptados à Emenda Constitucional nº 29, prevendo para o ano de 2004 - 12%, sendo que para este ano teríamos a previsão de 10%. E ao observar o relatório, lógico que nós não temos o detalhamento, vamos solicitá-lo. A gente percebe para o ano de 2001, mesmo o Governo Jaime Lerner e o Governo Requião, o governador bem o diz - que o Governo Jaime Lerner deixou como despesas o déficit com a Saúde de um bilhão e noventa milhões, considerando até o ano de 2002. Mas no ano de 2001 o Governo Lerner, gastou mesmo maquiando no meu entendimento o orçamento 8,56%. Por que maquiando? Porque considerava como gastos em saúde - merenda escolar, considerava o IPE ou o SAS, o antigo IPE e outros gastos, Hospital Militar, outros gastos que não são decorrentes de um programa de saúde pública e sim de saúde para a clientela fechada.

No ano de 2002, mesmo assim, maquiando o orçamento, disse que cumpriu e não cumpriu, bem o governador Requião diz que há um déficit com a Saúde Pública do Paraná pelo menos um bilhão de reais.

Mas no ano de 2002, quando estavam previstos 9%, o governo Jaime Lerner novamente maquiou o orçamento. Porque se não houvera maquiado não cumpriria o índice previsto na Constituição ou na Emenda Constitucional nº 29, agora artigo da Constituição.

No ano de 2003, nós vemos a previsão ou a execução até o momento de 4.89. Levando em conta que nós temos 2/3, da execução monetária. Nós haveremos de

ter, pelo menos, 2.4 seguindo o mesmo ritmo, chegaríamos a 7.2, 7.4. Bastante abaixo dos 10%.

Então, são duas as questões. Primeiro só é possível concordar com o governador e eu concordo que há uma dívida considerando que houve uma maquiagem nos orçamentos passados, especialmente no demonstrativo saúde.

A pergunta com relação a esse item é a seguinte: seriam duas as questões. Qual é a previsão do índice a atingirmos este ano e se estaremos considerando despesas não atinentes à saúde pública ou ao serviço para clientela aberta para toda a população. Ou se teríamos que considerar, para atingirmos tal índice. Ou seja, voltando, qual é o saldo real, qual é o porquê da evolução dos percentuais abaixo dos 2/3, previstos para execução real. Portanto, qual é o saldo. E com relação à saúde quais são os itens que são considerados para atingirmos o índice e se é possível portanto, atingir o índice ideal do desejável.

O SR. NESTOR BUENO

O percentual fixado na Lei Orçamentária de gastos com a saúde para este ano, está em 10,75%. E no ano que vem se completaria os 12%. E isso já deve estar definido no orçamento que logo mais será entregue a esta Casa de Leis. Evidentemente que há um déficit acontecido nos anos anteriores com saúde. E esse déficit está sendo discutido inclusive com o Ministério Público. O Ministério Público, na semana passada ajuizou uma ação, exigindo do Estado, quando deveria já ter exigido da administração anterior no ano de 2000, 2001, 2002, que fosse cumprido o percentual definido legal para o gasto com saúde.

Todavia, o Ministério Público entendeu que deveria exigir do Estado esse valor. E isso nos preocupa bastante. Porque se uma cautelar antecipada for concedida, e nós tivermos que recolher conforme o pedido da medida judicial, teremos que recolher por mês um resíduo, que devia ter sido recolhido, que devia ter sido gasto pela administração anterior, no valor de 6 milhões 700 mil reais, por mês. Isto complicaria bastante o caixa do Estado. Acreditamos que a justiça não comungará com o mesmo ponto de vista do Ministério Público, porque não conseguimos ver nenhuma obrigação de ordem legal, para que a atual administração venha completar o que a administração anterior não completou.

E veja o senhor, o mais importante de tudo isso, que simplesmente o Tribunal de Contas que é o órgão que aprecia as contas do Estado propôs a aprovação das contas do governo anterior, mesmo com esse déficit não cumprindo com relação à saúde.

O mesmo aconteceu com a administração anterior, também com os precatórios. Tomara deputado, que nenhum representante do Ministério Público, nenhum procurador de Justiça entenda de fazer como fez esse procurador e exigir que se recolha o resíduo de precatórios não recolhidos pela administração anterior nos últimos

anos, quando isso era uma obrigação constitucional disposta no artigo 100 e no artigo 33 da Constituição Federal.

O SR. HERON ARZUA

Deputado, eu só queria dizer o seguinte: eu tenho a impressão que nós estamos seguindo o conceito da administração anterior no que é saúde, inclusive incluindo o que o senhor chamou aí de maquiagem, essa orientação veio do governo federal.

O conceito de saúde do governo federal, dos Estados, em geral, não confere com o conceito restritivo do Conselho de Saúde, seja o nacional, sejam os estaduais. Alguns Estados estão considerando até esporte como saúde. Não, especificamente eu cito o caso do Rio de Janeiro.

Quero informar o seguinte: nenhum Estado do Brasil vai conseguir este ano gastar na saúde aquilo que está determinado na Emenda Constitucional e, isso é compreensível, porque os orçamentos foram feitos anos passados, existe um problema de caixa nos Estados muito grande. Penso que nós não vamos atingir este ano o percentual fixado, porque teríamos que dispor de mais, informa a secretária Eleonora Fruet, mais uns 100 milhões. Penso até que seria difícil gastarmos. Nós não teríamos capacidade de gastar mais 100 milhões em saúde nem que nós quiséssemos, nem que tivéssemos o dinheiro. O Estado do Paraná não está organizado para isso, como de resto, nenhum Estado do Brasil.

Tenho a impressão que esses índices da saúde, eles vão se adaptar aos poucos e, penso que a partir do ano que vem vamos cumprir integralmente, até com excessos, porque a prioridade número 01 do governo, é a saúde.

Então, nesse orçamento que vai ser entregue agora, às 04h00, para o ano que vem nós vamos ultrapassar o índice constitucional dos 12%. Este ano e os anos passados dificilmente vão ser repostos.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Desculpe, presidente.

Considerando mesmo que é um orçamento calcado pela administração passada isso não há dúvida. Parece-me quando o procurador, que é do meu município, chama-se Paulo César Tavares, um homem seriíssimo, responsável, cioso, ele propõe uma ação e, no meu entendimento, devemos refletir muito em relação à aprovação dessas contas. Por quê? Porque de fato, ou nós consideramos que o Jaime Lerner tem um déficit, porque não atribuiu, Dr. Heron e a consideração do senhor é pertinente, absolutamente pertinente. Há um déficit, há uma dívida se houver uma dívida nós temos que fazer adaptação orçamentária.

Acho muito mais adequado dizer o seguinte: qual o índice que nós conseguimos de fato cumprir em relação à saúde pública? Não há problema nenhum, porque de fato nós temos uma dificuldade, nenhum governo gosta de vinculação orçamentária nem o governo federal nem o

governo estadual e nem os 5 mil e 500 governos municipais, mas é preciso enfrentar o debate de frente.

A outra questão é aquela que coloquei em relação à evolução dos gastos, acho que o Dr. Heron poderia me responder, não sei, talvez o Dr. Nestor, a evolução desses gastos. Qual seria o saldo de caixa real do governo e qual a previsão, porque já que nós estamos cumprindo, arrecadando até um pouco acima, há, naturalmente uma disponibilidade e ao cumprimento de algumas metas de despesa por função a menos, é natural que tenhamos um tempo neste final de ano de maiores investimentos nessas áreas em específico. Essa é minha primeira questão e bem, provavelmente como a questão segunda é mais polêmica e vai nos exigir muito mais para frente, gostaria de obter essa resposta.

A SRA. ELEONORA FRUET

Só um detalhe com relação a essa questão, acho que na última reunião, audiência pública foi colocado que quando foi entregue o orçamento de 2003 em cima de uma estimativa de receita, de uma fixação de despesas, o orçamento de 2003 foi subestimado na folha de pagamento em seiscentos milhões de reais, ou seja a possibilidade que você tem hoje de efetivamente cumprir todas as áreas, conforme estabelecido no orçamento, é muito difícil, dado a esse valor subestimado em seiscentos milhões de reais.

Além disso, enquanto o governo federal tem a possibilidade de uma desvinculação de 20%, os Estados não a possuem e mais de que isso em relação a essa desvinculação que provavelmente vai passar para o governo federal e não vai passar para os governos estaduais, de mantermos a necessidade desses investimentos e mais do que isso também, eu acho que a realização está sendo, apesar desse orçamento estar subestimado em seiscentos milhões, bastante razoável comparando, por exemplo, com o governo federal, aonde alguns ministérios só desembolsaram até agora 7% do previsto orçamentariamente em relação ao aprovado na Câmara Federal.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Qual é o saldo? Essa é a minha pergunta!

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, vou pedir para o coordenador financeiro da despesa do Estado responder a sua pergunta, mas já posso lhe adiantar que fechamos o dia 30 de agosto com sete milhões em caixa, cumpridas todas as despesas dos oito meses ainda sobraram sete milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores secretários:

Gostaria de fazer algumas perguntas sobre dúvidas que, evidentemente, precisamos sanar.

Primeira pergunta que gostaria de fazer é com relação ao Prodetur. Vimos aqui no balanço que o Estado tem contrapartida, porque recebemos uma informação de Brasília de que não existe contrapartida no Estado e ele não teria como alavancar esse Prodetur. É verdadeira essa informação ou não, que o Estado não teria essa contrapartida para colocar e estaria sem capacidade de endividamento em relação ao Prodetur.

Essa seria a primeira pergunta.

A SRA. ELEONORA FRUET

Em relação à Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo, ele está sendo negociado pelo governo federal desde 1994. É um programa que envolve os Estados da Região Sul e Mato Grosso do Sul em um financiamento que já foi aprovado pela C-A-EN pela Cofies de até quatrocentos milhões de dólares com a possibilidade de o governo federal entrar com uma contrapartida de até dez milhões de dólares por Estado. Até agora, depois de uma série de missões, esse contrato não foi assinado ainda pelo governo federal.

Tanto os Estados já têm a sua capacidade de endividamento e de contrapartida que já tinham sido alocados para o orçamento de 2003, mas como esse financiamento ainda não foi assinado não vai ser realizado em 2003. Novamente em 2004 nós colocamos, alocamos no orçamento a previsão de uma parte desse financiamento e há toda uma expectativa porque demanda um acerto do Ministério do Turismo, da Caixa Econômica Federal que vai ser, na verdade, o Banco do Brasil, o agente tomador desse financiamento e de toda uma burocracia enorme do Banco Interamericano de Desenvolvimento para apresentação e finalização desse projeto. Então, a perspectiva é que até o final do ano ou no máximo no ano que vem, seja assinado esse financiamento com os Estados, com o Banco do Brasil, com o Governo Federal e, os desembolsos comecem a ocorrer no 2º semestre de 2004.

O SR. JOCELITO CANTO

Quer dizer que 2003 não tem nada do Prodetur aqui no Paraná.

A SRA. ELEONORA FRUET

Não tem no Paraná, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e não tem no Mato Grosso do Sul. O pacote é único. Então, se um Estado estiver atrasado no processo, não é em decorrência da contrapartida, mas uma série de burocracias instituídas pelo BID para a realização desse financiamento.

O SR. JOCELITO CANTO

A segunda pergunta também é sobre o limite prudencial. O limite prudencial nos parece que ainda há um certo limite, não muito grande, mas há.

Recentemente nesta Casa, aprovamos mais de cem cargos para o Teatro Guaíra, para o lado cultural do Estado. E por outro lado, vemos, por exemplo, na região

de Ponta Grossa, acontecendo um fato bastante triste. No Instituto Médico Legal do Paraná - é acredito que Ponta Grossa não seja diferente, estão faltando auxiliares de necrópsia e estão faltando também motoristas. Sendo que os corpos que às vezes entram à meia-noite só são liberados no outro dia às 10h00 da manhã. E, pelo que sei, são seis ou sete IML's que temos no Paraná.

Queria saber se há previsão, e se dentro desse limite prudencial poderia se estudar a possibilidade de criar novos cargos imediatamente, um novo concurso para resolver o problema, já que tem funcionários do IML de Ponta Grossa que trabalham 24 horas por dia, deixando as famílias, num momento de dor e sofrimento, passando por momentos muito difíceis.

Gostaria de saber se o Estado, já que na campanha o governador prometeu que preferencialmente trabalharia para os mais humildes, agora aprovou mais de cem cargos para a cultura.

Será que o Instituto Médico Legal também não merece um pouco de cargos para coibir e diminuir a dor dessas famílias em todo o Paraná?

O SR. HERON ARZUA

Não tenho nada a dizer, não conheço esse assunto. Não sei se a Eleonora conhece.

A SRA. ELEONORA FRUET

Todos os processos de contratação tem um trâmite a partir da Secretaria da Administração, Secretaria do Planejamento, depois na Secretaria da Fazenda. Existe uma série de processos de contratação relacionados à Secretaria da Segurança, também relacionados ao IML. Mas, o que tenho a dizer é o seguinte: o orçamento da segurança aumenta de 2003 para 2004 em 23%. Uma tentativa de resgatar a situação precária, não só na área do IML mas em diversos setores da segurança do Estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO

Mas poderíamos, secretária, ter uma urgência, já que nós aprovamos nesta Casa, sem debater muito, mais de cem cargos para a cultura, não haveria condições da mesma urgência fazer com o Instituto Médico Legal, principalmente da região de Ponta Grossa, onde famílias estão sofrendo muito devido à liberação dos corpos. Pode-se programar isso como se programou a cultura, com muita rapidez?

A SRA. ELEONORA FRUET

Acho que o Estado é responsável por diversos setores na economia e diversas áreas de atendimento. A cultura é uma delas, mas também cabe à Assembléia solicitar a urgência em um processo do projeto de lei, em relação à criação desses cargos especificamente.

O SR. JOCELITO CANTO

Mas diretamente quem cria cargos, acho que não é nossa função. É mais do Estado, não é, senhor presidente? Não podemos nem indicar os cargos. Gostaria de solicitar a sua presença aqui, a senhora como planejadora do Estado, que vem fazendo com muita competência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, o senhor me permite, acho que a secretária quis colocar é que pode a Assembléia solicitar e evidenciar a urgência do fato solicitando ao Poder Executivo que possa encaminhar a esta Assembléia, já que os cargos, como diz V. Exa. com muita propriedade, é função exclusiva do Poder Executivo.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de pedir à secretária, presente aqui nesta Sessão pública, e por isso que ela é pública, para falarmos.

Gostaria que do mesmo modo que tivemos rapidez para resolver os casos da cultura, que se tivesse também com o povo mais humilde que está nos IML's. Gostaria que essa solicitação fosse levada com a maior rapidez possível, secretária.

Uma terceira pergunta, gostaria de fazer ao Dr. Nestor, o Dr. Arzua saiu da Mesa agora, gostaria de perguntar de uma liberação de cinco milhões que foi feita à Foz do Iguaçu. Recentemente, o governador do Estado, Roberto Requião, esteve em Foz do Iguaçu e liberou cinco milhões para o término do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu. Gostaria de perguntar ao Dr. Nestor ou à própria secretária de onde saíram esses cinco milhões que foram liberados para Foz do Iguaçu. Se é do dinheiro do orçamento, se é algum convênio, de onde saíram esses cinco milhões.

O SR. NESTOR BUENO

Essa liberação dos cinco milhões foram creditados à conta do Centro de Convenções para aumento de capital do Estado no Centro de Convenções. E saiu da fonte "00" do Tesouro.

O SR. JOCELITO CANTO

Saiu da fonte "00" do Estado?

O SR. NESTOR BUENO

Do Tesouro.

O SR. JOCELITO CANTO

Quer dizer então que o Estado tinha os cinco milhões para mandar para Foz do Iguaçu?

O SR. NESTOR BUENO

Sim, senhor.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito bem. Pergunta interessante!

Gostaria de fazer também uma pergunta a respeito dos postos de gasolina. O Governo do Estado do Paraná, através da Receita Estadual, está penalizando os postos de combustíveis ao invés de punir as distribuidoras de álcool. Os postos de combustíveis do Paraná, num total de mais de dois mil que passam por grandes dificuldades e alguns até fechados estão, foram multados pela Receita Estadual com multas enormes, mas o recolhimento do ICMS a menos, feito pelas distribuidoras de álcool, foi do Paraná e não dos postos. Os postos fizeram as compras normais, receberam as notas fiscais com as duas guias de recolhimento, as GR's, e se existiram diferenças no percentual do ICMS, seria de obrigação das distribuidoras de álcool e não dos postos de gasolina.

Pergunto ao secretário, Dr. Nestor, se é verídica essa informação, porque os postos estão reclamando que é indevida essa multa.

O SR. HERON ARZUA

Olha, o que eu sei é o seguinte: não há setor mais fértil de sonegação do que o dos combustíveis, incluindo aí o álcool. Temos um problema nacional! A ação da Receita Estadual está sendo feita junto com o Ministério Público, em função de tudo o que já se noticiou no jornal.

Até acredito que seja verdadeiro! Mas, a ação da Fazenda tem sido muito rigorosa e aqueles postos que acham que têm direito, eles têm todo um percurso de reclamação administrativa, que começa na primeira fase e termina no Conselho de Contribuintes, garantindo todo o direito de defesa; ninguém os está impedindo de trabalhar, a não ser aqueles que falsificaram as bombas, e que não são poucos! E a ação que temos feito, tem sido acompanhada inclusive pelo Sindicato dos Combustíveis e pela Alcoopar. Estamos, inclusive, trazendo os seus representantes junto conosco.

Então, essa informação aí não sei dizer se é verídica! O que eu sei dizer, é que existe um extremo rigor do Estado no tratamento dos combustíveis e do álcool, porque é uma receita indispensável ao Estado. A receita dos combustíveis é a principal receita do Estado: são os combustíveis, a energia elétrica e as comunicações.

O SR. JOCELITO CANTO

Secretário, mas quem emite as chamadas guias de recolhimento, as GR's, quem deve emitir são as distribuidoras, e os postos pagam? De quem é a responsabilidade, se as distribuidoras emitem, dizem quanto que os postos têm que pagar e aí os postos pagam de acordo com aquilo que determinaram as distribuidoras. A culpa seria do posto ou seria das distribuidoras que mandaram a menos?

O SR. HERON ARZUA

Não sei lhe dizer de quem é a culpa, porque temos que verificar no processo. Na verdade ambos são solidários.

O deputado José Maria quer falar algo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor secretário, é que eu tenho informação a respeito. O que o deputado Jocelito Canto está colocando, e inclusive já o fez na Sessão anterior, e eu, através de telefone, falei com o Francisco Assis, que está ali, que é inspetor de Arrecadação, e ele disse que essa possibilidade não existe, o que eu acabei de passar ao deputado Jocelito Canto e ele tem uma guia, uma GR. Porque o álcool anidro é diferido com pagamento na refinaria e o hidratado é diferido com pagamento nas distribuidoras.

Essa foi a informação que obtive. Entretanto, não sei qual é a razão, o deputado Jocelito Canto tem uma GR, que eu também não sei se é por multa ou por um outro motivo qualquer, mas ele possui uma guia de recolhimento que está fora dos padrões de arrecadação e de cobrança da própria receita.

O SR. HERON ARZUA

Francisco, explique isso para nós, embora não seja matéria da Lei de Responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só me permitam um minutinho, deputados José Maria e Jocelito Canto, nós temos que nos ater, especificamente, à razão da Sessão, aqui colocada.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, estou falando de arrecadação, estamos falando em arrecadação!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Essas dúvidas processuais podem ser tiradas diretamente com os técnicos da Secretaria da Fazenda, esse é o entendimento que tenho, mas vamos ser tolerantes e permitir que o técnico explique.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Quero dizer que o presidente Augustinho Zucchi tem razão, a Sessão é para a audiência, é da prestação de contas, mas felizmente o secretário abriu, vamos ouvir o esclarecimento do Assis.

O SR. FRANCISCO ASSIS

Nobre deputado, esse assunto do deputado José Maria já foi objeto de consulta, na semana passada, sobre os procedimentos da cobrança do ICMS nos combustíveis.

Como que se dá a cobrança de ICMS nos combustíveis? Existem duas formas de operação: uma em que você cobra diretamente na refinaria, ou seja, quando sai da refinaria da Petrobrás, você efetua recolhimento antecipado, que é a operação de substituição tributária,

dependendo do combustível; e a outra que se dá na distribuidora, ou seja, você cobra da distribuidora antecipadamente ao chegar aos postos de gasolina, em nenhuma operação é cobrado diretamente do posto de gasolina. Em se havendo alguma diferença, a operação de fiscalização deverá ser feita na distribuidora, ou seja, a distribuidora é a responsável pela operação. Então, teremos que autuar a distribuidora. O que está ocorrendo em relação à autuação a postos de gasolina é exatamente o que o secretário Heron colocou, que é a questão da falsificação e das operações irregulares, especificamente, nas bombas de combustíveis.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, uma última pergunta que eu teria ao secretário Arzua. Gostaria de perguntar ao secretário: falou-se aqui em questão financeira do Estado, na questão de dívidas que o Estado tem, e uma das maiores dívidas exatamente do saneamento do Banestado, isso tem nos preocupado. E eu gostaria de perguntar, fazer várias perguntas relacionadas exatamente ao Banestado: quantos milhões estamos pagando por mês do saneamento do Banestado?

Quantos anos vamos ter que pagar ainda essa dívida mensalmente?

Qual a correção que ela tem?

De quem é a culpa até aqui se o Estado diz que neste momento tem dificuldades?

De onde vem essa dívida, é do último governo, é dos últimos governos?

De onde vem toda essa dívida - que o povo do Paraná quer saber - que o Banestado tem hoje, e que sabemos que é uma dívida muito grande e que isso tem atrapalhado as finanças do Estado?

O SR. HERON ARZUA

Se V. Exa. olhar para a esquerda, o senhor pergunta para o deputado Neivo Beraldin, que, a essa altura, é o maior especialista que nós temos no Paraná em matéria de Banestado.

O que eu posso lhe dizer, rapidamente é o seguinte: dívida, mais ou menos vinte e cinco anos, quarenta e cinco milhões por mês está custando o Banestado.

O SR. NESTOR BUENO

É corrigida pelo IGPDI mais 6% ao ano.

O SR. JOCELITO CANTO

E essa dívida vem de onde, vem do último governo ou de anos atrás? De onde vem esse saneamento Banestado, envolve outros governos ou só os últimos oito anos do Governo Lerner?

O SR. HERON ARZUA

Sabe que isso é difícil de responder. Veja vem, isso foi um problema nacional, praticamente todos os bancos estaduais passaram por esse processo de saneamento. Na

verdade, ele advém, quando da aplicação do Plano Real em que todos os bancos brasileiros, não só os públicos, os privados, passaram a ter dificuldades. Agora, não podemos identificar se é culpa de um ou de outro. Tenho a impressão que a CPI do Banestado vai chegar a conclusões exatas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a participação do nobre deputado Jocelito Canto.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente Augustinho Zucchi: nosso secretário da Fazenda, Heron Arzua, a quem devoto o maior respeito, pela sua capacidade como grande tributarista do Estado do Paraná e também do Brasil, secretária do Planejamento, Dra. Eleonora, aos nossos deputados e às nossas deputadas.

Tivemos a oportunidade, secretário, de fazer algumas perguntas no primeiro quadrimestre, aqui, na Assembleia Legislativa. Restam poucas perguntas depois de diversos deputados que questionaram tanto o secretário, como o próprio Dr. Nestor, mas algumas considerações gostaríamos de fazer ainda em relação ao quadro apresentado, e em relação a algumas dúvidas que de repente, existam ainda, que possam ser sanadas, nesta tarde.

Ouvimos e lemos a entrevista que V. Exa. deu, em um dos jornais do Estado do Paraná no qual o senhor falou que 124 mil empresas foram beneficiadas diretamente com esse novo modelo, com a isenção de ICMS e foram retirados cerca de 70% dos contribuintes da folha de arrecadação do Estado do Paraná. Essas medidas que o Estado do Paraná tem tomado, este ano, se olharmos o relatório que foi apresentado há pouco, no projetos e distribuído para os nobres deputados, podemos constatar um número na Receita de ICMS altamente positivo ao Estado do Paraná. No ano passado, de janeiro a agosto tivemos uma receita de três bilhões e 487 milhões de reais. Este ano, de janeiro a agosto, tivemos uma receita de quatro bilhões e 341 milhões de reais. Na sua primeira estada V. Exa. disse que o Paraná havia mudado o seu perfil econômico, através da industrialização e, principalmente, das montadoras.

Entendemos que essa receita, esses quase 25% de acréscimo na receita de ICMS, no mesmo período do ano passado para este ano, deve-se pela produção que tivemos na agricultura, pela industrialização. Se nós não tivéssemos isentado essas empresas, com toda certeza, a receita de ICMS no Estado do Paraná estaria ainda bem maior. Essa é a minha interferência e queria fazer umas considerações e confio na capacidade do trabalho que V. Exa. está desenvolvendo na secretaria da Fazenda. Para deixar registrado, tivemos um aumento real de ICMS no Estado do Paraná, em relação ao período do ano passado e este ano de 25%.

O SR. HERON ARZUA

Com relação a esse aumento na arrecadação devo lembrar que esses 26% são um aumento nominal. Se fizermos uma correção monetária, pelo IPCA que temos usado, dá uma diferença de 6%. É expressiva em função do que aconteceu com o resto do país. Eu, particularmente, não tenho dúvida que o que irrigou a economia paranaense foi a agricultura. Tivemos uma grande movimentação de safra. Isso se verificou não só na primeira grande safra, mas ela continua na exportação de soja e tudo o mais.

A indústria de transformação é muito significativa no País, no Paraná, ainda que não haja um recolhimento efetivo. Vamos ser claros, por exemplo, a Renault nada recolhe ao Estado; a Volkswagen começou a pagar, agora, dos anos passados 25%, sem correção monetária, que já é um avanço. Mas é evidente que existe todo um setor vinculado a isso, que continua pagando imposto.

Temos grande esperança, que nos anos futuros, quando essas isenções tiverem terminado, o Estado possa ter, sim, um grande incremento na arrecadação. Por enquanto não identificamos, pelo menos o Iparde não identificou nessa indústria um aumento significativo. Nós fizemos uma reunião interna sobre isso, e o Iparde inclusive estranhou que o setor automotivo não tivesse contribuído mais com a arrecadação do Estado.

A SRA. ELEONORA FRUET

Acho que além de um outro dado que você sempre cita, Heron, que 50 empresas do Paraná são responsáveis por 60% da arrecadação do nosso ICMS. E dentre elas só estão a Volkswagen e a Audi. A Renault não aparece porque não paga ICMS.

O SR. HERON ARZUA

Eu, até por coincidência, tenho o último relatório e o impressionante é o seguinte: essa isenção de 124.000 empresas, tudo isso, é em função da nossa arrecadação, não só do Paraná mas a arrecadação brasileira está altamente concentrada em alguns insumos como combustíveis, energia elétrica, comunicações, bebidas, cigarros, automóveis. Daí vem uma série de itens, por isso a Dra. Leonora fala que poucas empresas contribuem com um incremento significativo. Se nós subirmos um pouco, estamos falando de 50 empresas. Se nós formos a mil empresas, chegamos a 90% da arrecadação do Estado. Por isso que eu considero, data vênica dos que não pensam assim, que o projeto do deputado Luiz Carlos Hauhy, de reforma tributária, é um projeto muito interessante porque tributa exatamente todos esses insumos, é uma espécie de imposto único melhorado e larga todos os demais bens e mercadorias.

Vou ler para o senhor as principais empresas que contribuem para o Estado: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás: 26,12 do total, no mês passado; Copel: 37,22%; Brasil Telecom: 43,44; Companhia Brasileira de Bebidas, Antártica e Brahma: 45,65; Cimento Rio

Branco: 47; Souza Cruz, são participações acumuladas no ano, 48; Empresa Brasileira de Telecomunicações: 50%; Telepar: 51%, Cervejaria Kaiser: 52%. E aí vem: Tetrapak, Refinaria de Petróleo Ipiranga, Volkswagen do Brasil, com uma participação de 0,65% no total da arrecadação do mês; Sercomtel, Kraft, Perdigão, Companhia de Cimento Itambé, General Motors, Anaconda, Ipiranga, Casas Bahia, Phillip Morris, Sonae, Petrobrás Distribuidora.

Então, na relação das empresas você denota, especificamente, que todas elas ou algumas delas são: combustíveis, energia elétrica, você não sai desses sete, oito itens.

Nesse mês a participação dessas 50 empresas foi de 66%. Das cem maiores chegou a 71,94 e das mil maiores a 86%. Se eu for a 5000 empresas, fecho a arrecadação do Estado, daí a facilidade com que nós dispensamos do pagamento, sob regime normal, cerca de 130 mil empresas.

O SR. ELIO RUSCH

Eu não sei, mas se for possível, secretário, depois do término da reunião, se o senhor puder deixar para nós uma cópia disso.

(Assentimento do secretário)

Secretário, nós também observamos no relatório apresentado na Assembléia Legislativa sobre a execução orçamentária que os saldos do ativo disponível são exatamente crescentes. Senão vejamos, consta do quadro aí: nós tínhamos, em 31 de dezembro de 2000, 685 milhões. Dia 30 de junho era de 1 bilhão e 307 milhões. E agora, dia 31 de agosto o saldo era de 1 bilhão e 510 milhões de reais. Ou seja, um crescimento de 120% entre 31 de dezembro a 31 de agosto. Esse é o saldo que nos consta que deve ter em caixa hoje no Governo do Estado. Confere esses números mesmo?

O SR. CEZAR RIBEIRO

Vamos mostrar um quadro com os recursos disponíveis do Estado. Essa é a posição em 31 de agosto de 2003, posição disponível de caixa, que era de 1 bilhão, 65 milhões e 887 mil reais. Como é que está distribuído esse recurso? Desse 1 bilhão e 65 só 13 milhões e 700 era tesouro do Estado, administração direta fonte 00. Aí tínhamos recursos da Assembléia Legislativa, 13 milhões e 395 mil; do Tribunal de Contas 18 milhões e 891 mil; Tribunal de Justiça, 29 milhões; Tribunal de Alçada, 586. E isso na conta do Banco Itaú. Aí temos no Banco do Brasil, Ministério Público. No Fundef tínhamos 111 milhões parados no Fundef; no Proem, 7; Paraná 12 Meses, Salário Educação, 100 milhões de reais. BID, Prosan, 1 milhão e aí vai relacionando, UFPE, convênios. Na Caixa Econômica tínhamos 31 milhões, no Banco do Brasil, 341 milhões, isso na administração indireta. E mais outras contas, que é o Fundef conta do Estado 12 milhões, convênio Banco Itaú, Banco do Brasil. E na administração indireta nós tínhamos 560 milhões de reais

arredondado. Sendo o Fundo de Justiça, 87 milhões. Da administração Serlopar, Funrestran, Detran, Fundepar e aí vamos relacionando cada Secretaria. Então, o senhor, veja que realmente existe a disponibilidade de 1 bilhão e 565 milhões, sendo que o que o Estado dispõe para gastar é 13 milhões e 700 mil reais.

Não consigo entender esses números. Na administração direta o senhor falou 560 milhões. E que nós só temos 13 milhões para gastar?

O SR. CEZAR RIBEIRO

Porque estamos falando no Governo do Estado do Paraná. O Governo do Estado do Paraná compõe o Poder Executivo com 87 órgãos, que são as 22 Secretarias de Estado, os fundos, as autarquias, as fundações, as empresas, que estão todas relacionadas. Todas essas empresas retêm recursos com elas. Os recursos do Fundo, do Funrestran, do Detran está lá no Funrestran, no Detran, não está no caixa do tesouro, não é o Estado que dispõe desse dinheiro. Então, é isso que estamos relacionando. Eles estão vinculados lá dentro da entidade, é da conta que chamamos de conta supridora, que é o dinheiro que eu posso pegar hoje, como administrador do Estado, e pagar alguém. Eu dispunha, no dia 31 de agosto, só de 13 milhões de reais. Não é pouco e nem muito. Terminei de pagar a folha, passou para o dia 1º de setembro - que eu tinha dívida a pagar. Daí entra o caixa e vai-se recompondo. No mesmo dia 31, vamos dizer, a Assembléia tinha 13 milhões e 395 mil para pagar as contas. Como o Tribunal de Contas estava com dinheiro parado, o Ministério e assim por diante com todas as empresas e todos os fundos. Cada vez que se cria um fundo, o recurso sai da fonte 13 ali, da fonte 00 e vai para o fundo. Quem gere esses recursos do Fundo é o secretário, ordenador de despesas da Secretaria onde foi criado. Por isso que vemos recursos do Funrejus, Funrestran, Funrespol, FUNPM, Fundef, Salário Educação, Fundo de Saúde, que a somatória disso compõe aquele um bilhão que estaria parado. Se houvesse caixa único, se os recursos estivessem no Estado, esse um bilhão estaria na Conta Tesouro do Estado para gerir. Mas hoje não está.

O SR. ELIO RUSCH

Solicito ao secretário, se possível nos enviar esse desdobramento que não conta no relatório. Onde é que está esse um bilhão, quinhentos e dez milhões?

O SR. CEZAR RIBEIRO

São 87 entidades vinculadas que o Estado possui, são 87 contas.

O SR. ELIO RUSCH

Mas se pudesse nos enviar, já que V. Exa. tem todas, acho que não custaria nos enviar uma cópia e sermos atendidos dentro do nosso pleito.

O SR. CEZAR RIBEIRO

Lembrando sempre que a posição é 31 de agosto.

A SRA. ELEONORA FRUET

Até achei interessante a proposta do deputado. O senhor sugere um caixa único, inclusive da conta da Assembléia?

O SR. ELIO RUSCH

O presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, pode responder! Posso responder pela minha atividade como parlamentar, não posso responder pela Assembléia.

A SRA. ELEONORA FRUET

Está certo.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao secretário Heron Arzua a disposição de nos enviar para que possamos pegar o desdobramento: onde é que está esse um bilhão, quinhentos e dez milhões?

Fiquei com uma dúvida sobre a questão do Ministério Público, pela Lei de Responsabilidade é 2%. E conforme o quadro apresentado, o Ministério Público estaria comprometido com 2,01%, e parece que estaria deduzindo o Imposto de Renda. Quando aprovamos aqui, há poucos dias, uma mensagem enviada para este Poder, a criação de 200 cargos para o Ministério Público e esse projeto quando estive na CCJ, e posteriormente veio à Comissão de Finanças, a qual presidimos. Deparamo-nos com os documentos, naquele processo, e não posso afirmar com 100%, mas me parece que o projeto foi enviado à Secretaria do Planejamento, para a Dra. Eleonora. Ela, por sua vez, enviou à Secretaria da Fazenda perguntando se existia a disponibilidade desses recursos. E a informação enviada foi que estava sendo repassado ao Ministério Público rigorosamente dentro da disposição legal, ou seja: os 2% previstos na Lei de Responsabilidade.

E a própria procuradora da Justiça, Dra. Maria Tereza, nos informou que com a criação de 200 cargos, iria onerar em torno de 611 mil reais este ano, e que ficaria bem abaixo dos 2% estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; ficaria em 1.6, e pelo quadro apresentado hoje, o Ministério Público estaria comprometendo o seu gasto em 2.01. Mas, já levantado pelo próprio Dr. Nestor, volto a dizer, parece que estariam deduzindo o Imposto de Renda. E posterior a isso, o deputado Reni Pereira fez uma pergunta, mas eu fui chamado pelo Comitê de Imprensa, saí daqui, peço desculpas, eu não ouvi a sua resposta. Se isso é legal, deduzir da folha de pagamento o Imposto de Renda.

O SR. NESTOR BUENO

O Tribunal de Contas diz que é legal a uma resposta ao Ministério Público. Agora queria informar a V. Exa. que esses 200 servidores que serão contratados mediante concurso, só acontecerá no ano que vem. Tive-

mos ainda ontem a visita de uma Comissão do Ministério Público na Secretaria da Fazenda, e eles trouxeram essa informação. Com a publicação do edital, mais a correção das provas, a realização do concurso, os cargos só serão supridos no ano que vem.

Não haverá despesa alguma este ano, embora se houvesse, e se o concurso tivesse sido realizado antes do primeiro semestre, as despesas com esses cargos de julho a dezembro, seriam de 611 mil reais.

O SR. ELIO RUSCH

Só quero deixar claro, Dr. Nestor, não sou contra, em absoluto, até porque quem está pagando os cargos para o Ministério Público, quase na sua totalidade, são os municípios do interior do Estado do Paraná. Porque falta funcionário nas comarcas, no Ministério Público, e com a criação desses cargos, estamos desonerando sensivelmente os próprios municípios. Acho que isso deve ser quase em todo o Paraná, mas isso não faz parte da nossa audiência. Só levantei essa questão porque, se é possível deduzir o Imposto de Renda e se o Tribunal de Contas se entende, pode ser deduzido também na folha de pagamento do Estado. Então quer dizer: se o Estado do Paraná hoje está comprometido em 43% da sua receita com a folha de pagamento, e se nós deduzirmos - e aí não quero me tornar inoportuno jamais - mas, acho que caberia até um cálculo pela Secretaria do Planejamento, o que representa o Imposto de Renda na folha de pagamento. Se isso for possível deduzir, vamos deduzir então da folha de pagamento, porque estamos bem abaixo do índice que a Lei de Responsabilidade nos impõe e que nós possamos então aumentar o salário do nosso funcionalismo. Entendo que se hoje está comprometido em 43%, não sei quanto, mas nós devemos cair em torno de 35%, 38%.

O SR. HERON ARZUA

Essa é uma conta interessante. O Imposto de Renda tem uma faixa de isenção que vai até 1.115. Como o Poder Executivo é que tem todo o pessoal que ganha menos, o Imposto de Renda é muito pouco significativo. Nós tínhamos feito um cálculo, tempos atrás, que cerca de 80% dos funcionários do Estado, não pagam Imposto de Renda. Já o Ministério Público, com o salário dos promotores, juntamente com o salário dos juízes, que são os mais altos salários do Estado, o Imposto de Renda é muito significativo. Já para o Poder Executivo, essa conta não vale. Porque são os salários menores. Eu não me lembro se é 80 ou 90% do nosso funcionalismo, não tem nenhum desconto de Imposto de Renda, porque estão na faixa de isenção. E como o imposto é progressivo, a próxima faixa é 15%, é mínimo o Imposto de Renda. Agora, para a Assembléia, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, é significativo você retirar da conta o Imposto de Renda. Os índices vão efetivamente diminuir.

Só para finalizar, nós do Poder Executivo e da Secretaria da Fazenda, não interferimos nos gastos não só do Ministério Público, como dos demais Poderes e a respon-

sabilidade não é nossa. Nós advertimos, e ao Ministério Público nós já mandamos avisar: “olha, vocês estão passando, cuidado e tal”. Mas nós não temos essa responsabilidade.

O SR. ELIO RUSCH

Qual é a folha de pagamento do Estado?

O SR. CEZAR RIBEIRO

No global nós estamos fechando em torno, com os encargos todos, ela está em torno de 360 milhões.

O SR. ELIO RUSCH

360 milhões. De Imposto de Renda, quanto que nós recolhemos?

O SR. CEZAR RIBEIRO

Do Estado ele deve dar em torno de 10 milhões, do Poder Executivo.

O SR. ELIO RUSCH

Representa 3%. De 43 cai para uns 40.

A última pergunta. Muito se falou, inclusive agora a pouco o próprio deputado Jocelito destinou a dívida do Estado, que a maior provém do saneamento do Banco do Estado do Paraná. Muito tem se falado da dívida do Estado do Paraná, uma herança maldita, não por V. Exas., mas se ouve na imprensa, se ouve inclusive por alguns secretários do Estado, essa herança maldita que foi deixada da administração anterior.

V. Exa. e o secretário adjunto também dizem que este ano não foi contratado nem operação financeira, não foi feito nada.

Conforme apresentação do saldo devedor, o total da dívida, em agosto de 2002, a dívida era de 8 bilhões e 173 milhões, em agosto deste ano, dia 31, a dívida interna subiu para 9 bilhões e 967 milhões de reais.

A que se deve esse crescimento dessa dívida?

O SR. HERON ARZUA

Acho que você já explicou, foi a questão dos juros e correção monetária.

A aplicação do GPDI que é o maior índice que temos no país, de correção da dívidas financeiras.

Mesmo que você não faça nada, ainda que você pague uma parte, a dívida se move sempre, porque é o GPDI mais 6% ao ano.

O SR. CEZAR BUENO

O GPDI mais 6%.

O SR. HERON ARZUA

O GPDI este ano está em 7.28% até agora, mais 6%... você já tem 13% aí.

O SR. ELIO RUSCH

O que é GPDI?

A SRA. ELEONORA FRUET

Índice Geral de Preços e Disponibilidade Interna - GPDI.

O SR. ELIO RUSCH

Esse índice que está sendo aplicado agora está sendo aplicado há muitos anos?

(Assentimento)

Então, só para ficar registrado: se a dívida está crescendo no Estado do Paraná, mesmo pagando rigorosamente e, a dívida está aumentando diante do índice dos próprios juros que se paga anualmente. Só para responder para alguém que falou do Banco do Estado. A dívida do Banco do Estado já vem se arrolando de muitos anos, na verdade por mais que você queira pagar a dívida, ela está crescendo, ela é crescente e sempre foi crescente.

O SR. HERON ARZUA

Agora, deixa eu dar um depoimento pessoal. Fui secretário de 91 a 94. Na época nós pagávamos de 10 a 15 milhões de reais trazendo para o dinheiro de hoje. Hoje, estamos com uma dívida nunca inferior a 100 milhões, sendo que no mês de outubro vamos pagar 180 milhões. Houve, efetivamente, um acréscimo muito grande na dívida do Estado. Ela decorre de vários fatores, inclusive do Plano Real ter trazido os valores firmes.

Nós nos beneficiamos por muitos anos na administração pela inflação, mas o fato é que realmente houve um crescimento expressivo da dívida nos últimos 8 anos. Quanto a isso, os números estão aí, não tem porque negar. O consolo é que o Brasil se comportou assim e todos os Estados também se comportaram assim.

O SR. ELIO RUSCH

Não é só do Estado do Paraná?

O SR. HERON ARZUA

Não.

O SR. ELIO RUSCH

São todos os Estados da Federação?

O SR. HERON ARZUA

Uns com maior rigor. Eu me lembro do Estado de São Paulo, onde o governador Mário Covas foi extremamente rigoroso com as finanças públicas de São Paulo.

Eles, realmente, rebaixaram a dívida, mas a maioria dos Estados, principalmente aqueles que tiveram seus bancos passados à iniciativa privada alguns Estados se negaram a fazer isso, é o caso de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que continuaram com seus bancos porque não aceitaram os termos de negociação.

Pessoalmente, li o depoimento de um economista, professor da Universidade de Brasília, o Décio Munhoz dizendo que a União teria obrigado os Estados a vender os bancos foi uma malvadeza, essa é a expressão que ele

usa, sem precedentes, porque ela obrigou os Estados a capitalizar o banco para ser vendido, com dinheiro próprio, isso foi para dívida, pegou todas as operações que ainda iam vencer passou para o Tesouro e vendeu o banco limpo. Na realidade, ele aponta o causador da situação financeira dos Estados à política financeira do Banco Central com relação aos bancos e com relação aos Estados, dizendo que nós temos a obrigação de renegociar isso com a União Federal.

O SR. ELIO RUSCH

Infelizmente, isso já está rolando muitos e muitos anos e me parece, posso estar enganado, que no início de 95 o próprio Banco do Estado recorria ao sistema intermediário em setecentos e oitocentos milhões por dia. Acho que aí foi um mal do ex-governador, foi uma herança maldita mesmo. Ele devia ter feito intervenção no Banco do Estado e o Paraná não estaria pagando o que hoje estamos pagando, pois a maior dívida do Estado e o saneamento do Banco, pelo menos é o que está relatado e isso provém de muitos e muitos anos.

O SR. HERON ARZUA

Lamento que o governador Jaime Lerner, de quem fui procurador geral por muitos e muitos anos, não tenha resistido mais bravamente e não entregar o banco naquelas condições. Penso que devíamos ter seguido o exemplo do PT do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que não entregaram o banco. Ou de São Paulo que fez uma jogada extraordinariamente inteligente federalizando o banco e passando essa conta para a União e os brasileiros estão pagando essa conta.

O SR. ELIO RUSCH

É isso que estou dizendo, secretário. O senhor Jaime Lerner cometeu um erro, pois no primeiro dia da sua administração ele deveria ter feito o que o Banco Central fez, me parece que existe uma carta do Banco Central.

O SR. HERON ARZUA

Não estou dizendo que houve um erro, foi uma decisão política!

O SR. ELIO RUSCH

Mas, se ele tivesse feito intervenção no Banco do Estado no primeiro dia da sua administração, não estaríamos vivendo essa situação hoje.

O SR. HERON ARZUA

Penso que ele poderia ter resistido!

O ex-presidente do Banestado da época do Jaime Lerner, o Fayeh, disse que se tivéssemos vendido o banco em 95 não teríamos dívida nenhuma e teríamos uns seiscentos milhões de reais entrado no Tesouro, mas essa é uma questão de decisão política. Eu, pessoalmente, não

vou entrar no mérito, lamento que ele não tenha resistido nisso.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao secretário Heron Arzua a quem admiro muito pela competência, da forma dinâmica que administra sua secretaria e a todo seu corpo técnico da Secretaria da Fazenda.

Como V. Exa. lamento muito, também eu, como paranaense, lamento muito que no início de 95 o Jaime Lerner não tenha feito intervenção no Banco do Estado pelo Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Último inscrito, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor secretário Heron Arzua; Sra. Secretária Eleonora Fruet; Dr. Nestor.

Primeiro quero fazer um reconhecimento aqui de quem, por longos anos, esteve nesta Assembléia Legislativa e em todas as audiências públicas após a edição da Lei nº 101. Era uma verdadeira choradeira, dizia-se que faltavam documentos, não vinha com documentação a tempo, não tinha planilhas, não tinha dados, informações, nós não conhecíamos a verdadeira realidade das finanças do Estado do Paraná e hoje, nós temos a grata satisfação de estar na base do Governo e ver um governo que coloca a situação do Estado em tela, discute e se dispõe, inclusive, a abrir o próprio caixa naquilo que lhe for permitido do ponto de vista legal.

Este é o governo que nós reclamamos por muito tempo que faríamos aqui as colocações, não veio para “empurrar com a barriga”, veio para abrir a realidade.

Esses dados apresentados no manual da Audiência Pública, inclusive disposto de maneira bastante didática, bastante clara para a compreensão, e ele traz alguns dados que são reveladores. Por exemplo: que o Estado do Paraná, na sua receita houve incremento de 11,77% entretanto mesmo tendo capacidade de endividamento demonstrado pelas planilhas, não tem capacidade de pagamento. Quer dizer, olha bem a forma com que nós levamos o Estado nesses anos todos, que gerou esse desastre de hoje termos aumentado em 11,77 a receita. Termos praticamente segurado as despesas, retido parte dos investimentos, que este ano, até agosto, foram realizados quinhentos e quarenta e cinco milhões de investimentos, despesa e capital e o Estado não consegue pagar. Fruto de quê? Fruto de gestões financeiras anteriores. E uma delas deverá custar ao Paraná e à nossa gente, quatorze bilhões de reais, dinheiro trazido à moeda constante, hoje.

A outra que nós observamos, senhores deputados, e aí o deputado Elio Rusch, meu companheiro que hoje responde solitariamente pela oposição, mas também tem muito pouco a perguntar, deputado Elio Rusch.

Capacidade de contratação de crédito, ainda nós temos pela legislação, 16% da receita. Só temos contrat-

ado, 1,05%. Quer dizer, é uma demonstração de rigidez, de seriedade, de coerência, com a realidade de caixa que o governo tem feito à sua administração.

Se olharmos as despesas de pessoal, por exemplo, aonde o Poder Executivo traz 43.17, a parte do Executivo e no geral da despesa do Estado vai para 51.46 mostrando que estamos com uma certa distância até da relação dos 60% permitidos em lei ou dos 57% da luz amarela. Mas que, se tivermos amanhã que bancar um aumento, não teremos condições. E não é pela má gestão. É pela herança que foi recebida.

A despesa, por exemplo com o ensino, vem cumprindo a regra; a despesa com a saúde, com certeza o Estado terá dificuldade ou terá de fazer um esforço maior de investimentos para atingir, por quê? Porque não tem tido a prática inclusive com dificuldades enormes. O Estado até agosto atingiu 5.53, se não me falha a memória, atingiu os 10% da legislação, tem que fazer um esforço nos próximos quatro meses evidentemente mais concentrado.

E outra situação que nós mostramos aqui é a dívida do Estado. Essa foi uma catilinária nesta Assembléia nos últimos oito anos. Que a oposição dizia que tinha dez milhões, tinha doze, tinha dezesseis e tinha vinte. Hoje os dados estão aqui: dívida doze bilhões, oitenta e quatro milhões mais ou menos e oito bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões de restos a pagar. Totalizando uma dívida, uma responsabilidade do Estado de aproximadamente vinte bilhões e 500 milhões de reais. Está aí oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito, se não me falha a memória, de precatórios e mais doze milhões e oitenta e quatro milhões que é a dívida consolidada do Estado do Paraná.

Então, mostramos que o Estado está bem administrado e nós esperamos que possamos fazer um esforço maior para retomar o desenvolvimento e os investimentos.

Uma outra questões levantada pelo deputado Fernando Ribas Carli, de forma inclusive apropriada, mas que derruba aquele discurso que foi feito, que nós tínhamos sanado o problema da Previdência. Se despendemos noventa e seis milhões todo mês para os inativos e o fundo financeiro constituído quando do tripé do Fundo Previdenciário, Fundo Financeiro e do antigo Fundo de Saúde, que depois caiu e ficou só o Previdenciário e o Financeiro, nós temos uma receita de vinte e sete milhões. Quer dizer, nós precisaríamos, hoje, de nove bilhões e seiscentos milhões de reais para, num rendimento de 1% ao mês, produzir o superávit necessário para fazer o pagamento.

Então, o Estado do Paraná ainda tem que fazer muito esforço para equilibrar as suas contas do ponto de vista dos pagamentos dos precatórios, que este ano totalizou cento e noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais, contra dez milhões no ano de 2002. Quer dizer, há um esforço, senhores deputados, do Gov-

erno como um todo de, em todas as áreas, equalizar a administração financeira e orçamentária.

Eu diria que está de parabéns a Secretaria das Finanças e igualmente de parabéns a Secretaria do Planejamento, pela execução orçamentária. E é fácil até acompanharmos essa questão aqui dentro da Assembleia Legislativa, como as colocações que fizeram os deputados Canto e Elio Rusch são pertinentes, porque o parlamento precisa conhecer. Agora, o que é muito importante é que o Governo dê a oportunidade de conhecermos - e é o que foi dado hoje - aliás, foi dado antes, porque chegou com mais de uma semana no meu gabinete a apostila da prestação de contas.

Muito obrigado!

O SR. HERON ARZUA

Bom! Nós agradecemos, na pequena parte que cabe à Secretaria da Fazenda! Na verdade, deputado José Maria, o erro e o acerto devem ser creditados ao governador Roberto Requião, porque é por ele que passa, não há nenhuma despesa do Estado que não seja autorizada pessoalmente por ele; a Dra. Eleonora só libera depois que o governador autoriza a despesa. Então, efetivamente, existe um comando centralizado do Estado, o que faz com que a Secretaria da Fazenda não tenha o mérito com relação às despesas, mas também não tem a desvirtude quando, por exemplo, na saúde não aplicaram o percentual constitucional, porque nessa área somos meros pagadores; são os demais órgãos do Estado que montam a política, passam para o orçamento e nós apenas dizemos mensalmente à secretária Eleonora quanto sobra de dinheiro, depois de pagas todas as dívidas que temos obrigação de pagar, como folha de pagamento, a dívida com a União, todas aquelas despesas obrigatórias. Então, na verdade, hoje o Estado tem um comando centralizado e é por isso que eu digo: os erros e as virtudes são do Poder Executivo, do chefe do Poder Executivo que hoje efetivamente governa no pormenor da receita e da despesa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Bem lembrado senhor secretário! Acho que nenhum Governo teve tanto na mão o governo, como tem o Roberto Requião neste mandato. Controla tudo, é uma evidência!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de encerrarmos a Sessão, agradecemos ao secretário Heron Arzua, à secretária Eleonora, deputado Caíto, chefe da Casa Civil, o Nestor diretor da Secretaria das Finanças, pelo companheirismo e pela determinação de responder a todos os parlamentares, aos seus questionamentos. Acho que com isso demonstra uma atenção especial pelo Parlamento, que tem sido parceiro em favor das causas paranaenses.

Mas antes de encerrarmos, vamos dar a palavra ao deputado Caíto Quintana, chefe da Casa Civil.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Cumprimento o presidente da Mesa, deputado Hermas Brandão, e os deputados aqui presentes:

Da mesma forma como hoje, data para que a Fazenda faça a sua prestação de conta sobre o quadrimestre, também no dia de hoje é prazo para que a Secretaria do Planejamento entregue à Assembleia Legislativa o Orçamento do ano de 2004 e o Plano Plurianual do pe-ríodo governamental do Governo Requião.

Sem entrar em dados desse Orçamento, porque isso é uma questão que a secretária Eleonora o fará, queremos dizer que no instante que entregamos ao presidente Hermas Brandão esse Orçamento, apenas queremos dizer que o Estado procurará cumprir, no próximo exercício, as metas a que se propôs, que o Estado está colocando no Orçamento o percentual necessário de saúde, e nós procuraremos cumprir esse percentual, que neste exercício, em razão das contingências do Orçamento já vir feito, possivelmente não possamos chegar a ele. Da mesma forma estamos com rubricas abertas, isso é importante que a Casa saiba para que não haja especulações, o Orçamento traz rubricas abertas para a questão do pedágio que, tão logo resolvido, não há impedimento orçamentário para que possamos encontrar a forma de resolver essa questão, que há uma ratificação constante do governo Roberto Requião de resolver esse assunto.

Mas, acima de tudo, eu queria fazer, presidente Hermas Brandão, que nesse relacionamento que quer se ter, Executivo com Legislativo, o mesmo relacionamento que os senhores deputados devem constatar no dia-a-dia, que as dificuldades que existem de informações por parte do Executivo estão sendo, e eu acredito que estão sendo, religiosamente informada aos deputados, independente de aprovação no plenário da Casa ou não, de todo e qualquer pedido de informação.

Da mesma forma, queremos, ao entregar o Orçamento, colocar-nos à inteira disposição da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa, toda a equipe da secretária Eleonora, a equipe da Fazenda ou de qualquer outra Secretaria de Estado que tenha que esclarecer programas, percentuais orçamentários, qualquer dos assuntos do Orçamento, durante o período de discussão na Casa, nós nos colocamos à inteira disposição.

O Orçamento não é um Orçamento do Executivo, é um Orçamento do Estado do Paraná. E se é do Estado do Paraná, é da Assembleia Legislativa também. Essa é uma concepção verdadeira, nós ficamos com a Casa Civil à inteira disposição para que, quando necessário, qualquer uma das comissões, solicite, que terá a melhor boa-vontade o Planejamento ou qualquer outra Secretaria, de estar aqui.

A secretária Eleonora Fruet vai entregar ao presidente da Casa o nosso Orçamento de 2004 e o PPA do período do governo Requião.

A SRA. ELEONORA FRUET

**(Faz a entrega do Orçamento e do P.P.A. ao presidente
Hermas Brandão)**

(Aplausos)

O SR. CAÍTO QUINTANA

É isso, Hermas, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos novamente ao chefe da Casa Civil, Caíto; à secretária Eleonora; ao secretário Heron; ao Nestor; e cumprimentamos os senhores parlamentares pela participação nessa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão especial, marcando uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 01 de outubro, à hora regimental, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a Sessão.